

**AValiação em Larga Escala, Autonomia Docente e Ciências Sociais:
Leituras Pedagógicas do SISPAE no Contexto Amazônico**

**LARGE-SCALE ASSESSMENT, TEACHER AUTONOMY, AND SOCIAL SCIENCES:
PEDAGOGICAL READINGS OF SISPAE IN THE AMAZONIAN CONTEXT**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-049>

Mariceli Leal dos Santos

Mestranda em Ciências da Educação — UAA

Instituição acadêmica: Universidad Autónoma de Asunción (UAA)

E-mail: maricelisantos1@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0082363757545519>

RESUMO

Este artigo consiste em uma pesquisa teórico-analítica que tem como tema central a relação entre avaliações em larga escala, autonomia docente e ensino de Ciências Sociais no contexto amazônico. O objetivo é discutir como os dados do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE) podem ser ressignificados pedagogicamente por professores de Ciências Sociais nas escolas estaduais do município de Colares-PA. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem avaliação educacional, currículo e prática docente. Os resultados indicam que, embora as avaliações externas possam induzir processos de estreitamento curricular e tensionar a autonomia docente, seus dados também podem ser apropriados criticamente pelos professores, contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas contextualizadas. Conclui-se que a leitura situada dos indicadores educacionais, articulada às realidades amazônicas, amplia as possibilidades de intervenção pedagógica e fortalece o papel formativo das Ciências Sociais no currículo escolar.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; SISPAE; Autonomia docente; Ciências Sociais; Contexto amazônico.

ABSTRACT

This article presents a theoretical-analytical study focusing on the relationship between large-scale assessments, teacher autonomy, and the teaching of Social Sciences in the Amazonian context. The objective is to discuss how data from the Pará State Educational Assessment System (SISPAE) can be pedagogically reinterpreted by Social Sciences teachers in state schools in the municipality of Colares, Pará. The research was conducted through a literature review, based on authors who discuss educational assessment, curriculum, and teaching practice. The results indicate that, although external assessments can

induce processes of curricular narrowing and strain teacher autonomy, their data can also be critically appropriated by teachers, contributing to the construction of contextualized pedagogical strategies. It concludes that a situated reading of educational indicators, articulated with Amazonian realities, expands the possibilities for pedagogical intervention and strengthens the formative role of Social Sciences in the school curriculum.

Keywords: Large-scale assessment; SISPAE; Teacher autonomy; Social Sciences; Amazonian context.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as avaliações educacionais em larga escala passaram de instrumentos pontuais de diagnóstico para componentes centrais das políticas públicas de educação básica no Brasil. Esse movimento não se explica apenas por uma preocupação técnica em "medir aprendizagem", mas por uma mudança mais ampla no modo como o Estado acompanha e regula os sistemas de ensino. Em lugar de uma atuação restrita à oferta e manutenção do serviço educacional, ganha força uma lógica em que indicadores, metas e resultados passam a orientar decisões, programas e prioridades pedagógicas (Freitas, 2020; Bonamino, 2021).

No estado do Pará, a implementação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE) se insere nesse cenário de fortalecimento das avaliações externas como parte das estratégias de gestão educacional. A ideia de fundo é produzir diagnósticos periódicos e comparáveis, capazes de orientar intervenções e apoiar o planejamento escolar. Contudo, como mostram debates críticos no campo da avaliação, o uso dos resultados pode assumir sentidos diferentes: em alguns contextos, os dados são trabalhados como insumo formativo; em outros, tornam-se ferramenta de cobrança e responsabilização, alterando o clima institucional e pressionando o trabalho docente (Freitas, 2020; Oliveira, 2022).

Um ponto central desse debate é que avaliações externas, ainda que foquem determinadas áreas, repercutem no currículo como um todo. Quando o desempenho mensurável passa a ser entendido como sinônimo de qualidade, é comum que a escola concentre tempo, energia e recursos nas disciplinas avaliadas, com efeitos indiretos sobre as demais. Esse processo, frequentemente descrito como estreitamento curricular, não significa apenas "dar menos conteúdo", mas reorganizar o valor dos conhecimentos escolares: algumas áreas ganham centralidade e outras perdem visibilidade no planejamento e no acompanhamento pedagógico (Freitas, 2020; Apple, 2006; Silva, 2009). É nesse ponto que as Ciências Sociais História, Geografia e Sociologia, entram como problema e como possibilidade. Problema porque, em muitos contextos, essas disciplinas ficam à margem das políticas avaliativas e acabam afetadas por prioridades institucionais concentradas em áreas mensuradas. Possibilidade porque seu papel formativo é justamente oferecer instrumentos para leitura crítica do mundo, interpretação de contextos e compreensão

das dinâmicas sociais, competências que dialogam com habilidades transversais frequentemente mobilizadas nas avaliações (Saviani, 2007; Bonamino, 2021).

A literatura indica que a relação entre avaliações e prática docente não é automática: ela depende do modo como os dados são mediados pela gestão escolar e apropriados pelos professores. Quando os resultados aparecem apenas como cobrança, o professor tende a perceber a avaliação como vigilância, o que enfraquece sua dimensão formativa. Quando há tempo institucional, formação e espaços de diálogo, os dados podem apoiar replanejamentos e favorecer construções coletivas de estratégias pedagógicas (Oliveira, 2022; Menezes, 2019; Sousa, 2023).

Considerando esse quadro, este artigo tem como objetivo discutir a relação entre autonomia docente e ressignificação pedagógica dos dados do SISPAE no ensino de Ciências Sociais, tomando como referência o contexto das escolas estaduais de Colares-PA. Situar a discussão nesse território amazônico é parte do argumento: políticas educacionais padronizadas ganham sentidos concretos quando atravessam condições reais de trabalho, infraestrutura, cultura local e trajetórias de estudantes. Em outras palavras, compreender "como os dados são usados" implica olhar para o chão da escola e para as condições que tornam possível (ou não) uma leitura pedagógica crítica dos resultados.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-analítica, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A opção por essa abordagem justifica-se pela natureza do problema investigado, que demanda uma análise crítica das relações entre políticas de avaliação educacional, autonomia docente e currículo, a partir de referenciais teóricos consolidados no campo da educação. O levantamento bibliográfico foi orientado por obras de autores que discutem avaliação em larga escala, gestão por resultados, currículo e prática docente, com ênfase em pesquisadores brasileiros que analisam o contexto das políticas educacionais públicas. A articulação entre os referenciais teóricos e o contexto específico das escolas estaduais de Colares-PA, município situado no nordeste paraense, permitiu construir uma análise situada, atenta às especificidades do território amazônico e às condições concretas em que as políticas avaliativas se materializam no cotidiano escolar.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O debate sobre avaliações em larga escala tem ocupado lugar central nas discussões sobre políticas educacionais contemporâneas. Nesse contexto, torna-se necessário compreender como esses instrumentos impactam o currículo e a prática docente.

3.1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, REGULAÇÃO E AUTONOMIA DOCENTE

A expansão das avaliações em larga escala costuma ser apresentada como um avanço técnico: medir para diagnosticar, diagnosticar para intervir. Porém, quando observada com mais cuidado, ela expressa também uma reconfiguração do poder educacional. Ao produzir indicadores periódicos e comparáveis, o sistema avaliativo cria formas de regulação que ultrapassam a sala de aula e influenciam o planejamento escolar, a organização curricular e a própria cultura profissional docente. Nesse sentido, a avaliação não é apenas "ferramenta"; ela é parte da política e, como tal, carrega disputas sobre o que vale como aprendizagem e sobre o que conta como qualidade (Freitas, 2020; Bonamino, 2021).

Freitas (2020) chama atenção para o modo como a gestão por resultados pode deslocar a centralidade do processo formativo para o desempenho mensurável. Quando metas e indicadores se tornam o principal parâmetro de sucesso, abre-se espaço para pressões por alinhamento do currículo às matrizes avaliativas, com ênfase em atividades padronizadas e em práticas voltadas a "melhorar resultado". Esse deslocamento não ocorre de forma uniforme, mas tende a se intensificar em contextos nos quais os dados são usados para ranqueamento, comparação institucional e cobrança de desempenho. Esse cenário produz tensões diretas sobre a autonomia docente. Saviani (2007) defende que a escola cumpre sua função social quando contribui para formar sujeitos capazes de compreender e intervir no mundo, o que demanda práticas pedagógicas reflexivas, contextualizadas e intelectualmente orientadas e não apenas execução de prescrições externas. A autonomia, nesse sentido, não é uma ideia abstrata: é a capacidade profissional de tomar decisões situadas, articulando currículo, objetivos formativos e necessidades reais dos estudantes.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o efeito das avaliações sobre a autonomia não é inevitável. Oliveira (2022) indica que a forma como a gestão escolar mobiliza os resultados é decisiva: se o dado chega como cobrança, ele tende a reduzir o professor a executor; se o dado chega como objeto de análise mediada (com tempo, formação e espaços coletivos), ele pode fortalecer o trabalho pedagógico. A diferença não está apenas na existência do indicador, mas no modo como ele é interpretado e negociado no cotidiano institucional.

É aqui que a noção de professor como sujeito interpretativo ganha força. Menezes (2019) argumenta que dados educacionais só se tornam pedagogicamente úteis quando são transformados em leitura situada da aprendizagem, conectada às práticas de sala, às condições de ensino e às trajetórias dos estudantes. Sousa (2023) reforça que a apropriação crítica dos resultados exige formação e diálogo, para que o professor consiga ultrapassar a leitura "bruta" do número e construir estratégias coerentes com os objetivos formativos.

Portanto, pensar avaliação em larga escala e autonomia docente exige sair de extremos: não se trata de afirmar que a avaliação "destrói" a autonomia por definição, nem de supor que os dados "melhoram" a prática automaticamente. O ponto é entender como se vive essa tensão entre regulação e protagonismo e

como ela é ainda mais sensível quando se discute o lugar das Ciências Sociais, cujo valor formativo não cabe integralmente nos indicadores, mas cujas competências atravessam a aprendizagem escolar e podem dialogar criticamente com os dados avaliativos.

3.2 GESTÃO POR RESULTADOS, RESPONSABILIZAÇÃO E ESTREITAMENTO CURRICULAR

A consolidação das avaliações em larga escala no cenário educacional brasileiro está diretamente associada à expansão de modelos de gestão orientados por resultados. Esses modelos, influenciados por transformações mais amplas nas políticas públicas, introduzem a lógica dos indicadores como parâmetro central para o acompanhamento do desempenho escolar, redefinindo práticas institucionais e reorganizando prioridades pedagógicas. Nesse contexto, a avaliação deixa de ser apenas um instrumento técnico de diagnóstico e passa a operar como mecanismo de regulação das escolas e das práticas docentes (Freitas, 2020).

Freitas (2020) observa que a gestão por resultados tende a deslocar o foco da formação integral para o desempenho mensurável, promovendo uma cultura educacional orientada por metas e evidências quantitativas. Esse movimento não ocorre de maneira neutra: ao privilegiar determinados indicadores, o sistema educacional acaba por valorizar conteúdos e habilidades que podem ser aferidos por testes padronizados, criando condições para o que diversos autores denominam estreitamento curricular. Esse fenômeno não se limita à exclusão formal de disciplinas, mas envolve mudanças sutis na organização do tempo pedagógico, na seleção de conteúdos e nas estratégias de ensino adotadas pelas escolas.

Apple (2006) contribui para compreender esse processo ao analisar como políticas educacionais baseadas em responsabilização e padronização tendem a redefinir o significado do currículo, hierarquizando saberes e reforçando uma visão utilitarista do conhecimento escolar. Quando a qualidade da educação passa a ser medida predominantemente por indicadores de desempenho, disciplinas diretamente avaliadas ganham maior visibilidade institucional, enquanto outras áreas podem experimentar deslocamentos simbólicos, ainda que permaneçam formalmente no currículo.

No caso das Ciências Sociais, essa dinâmica torna-se particularmente sensível. Como não são foco direto das avaliações externas, História, Geografia e Sociologia podem ser impactadas indiretamente pela reorganização das prioridades pedagógicas. Silva (2009) argumenta que o currículo é resultado de disputas culturais e políticas, nas quais determinadas formas de conhecimento se tornam mais legítimas em função das demandas institucionais. Assim, o estreitamento curricular não representa apenas uma redução quantitativa de conteúdos, mas uma redefinição do que é considerado essencial na formação escolar.

Bonamino (2021) destaca que a centralidade das avaliações externas nas políticas educacionais pode produzir efeitos ambivalentes. Por um lado, os dados gerados oferecem possibilidades de diagnóstico e reflexão sobre a aprendizagem; por outro, quando associados a metas rígidas e pressões institucionais,

podem incentivar práticas pedagógicas voltadas à preparação para testes, reduzindo o espaço para abordagens críticas e interdisciplinares. Essa tensão é frequentemente percebida pelos professores, que se veem divididos entre responder às demandas institucionais e preservar a autonomia necessária para desenvolver práticas pedagógicas significativas. Nesse cenário, a discussão sobre gestão por resultados e estreitamento curricular não deve ser compreendida apenas como crítica às avaliações externas, mas como análise das condições concretas em que essas políticas se materializam nas escolas. O modo como gestores e docentes interpretam os indicadores, organizam o planejamento e definem prioridades pedagógicas revela que os efeitos da avaliação não são uniformes, sendo mediados pelas culturas escolares, pelas trajetórias profissionais e pelas especificidades territoriais. No contexto amazônico, marcado por desafios estruturais e por forte diversidade sociocultural, essa mediação torna-se ainda mais relevante, pois evidencia que a leitura dos dados avaliativos precisa dialogar com realidades locais e com a função formativa das diferentes áreas do conhecimento.

3.3 AUTONOMIA DOCENTE E O LUGAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS

A discussão sobre autonomia docente ganha centralidade quando analisada à luz das políticas de avaliação em larga escala e dos modelos contemporâneos de gestão educacional. Longe de representar uma liberdade absoluta ou individualizada, a autonomia pode ser compreendida como a capacidade profissional de tomar decisões pedagógicas situadas, articulando objetivos formativos, currículo e condições concretas de aprendizagem. Saviani (2007) defende que a escola possui uma função social que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, sendo responsável pela formação crítica dos sujeitos; nesse sentido, o trabalho docente exige reflexão permanente e não pode ser reduzido à execução técnica de orientações externas.

Entretanto, a expansão das avaliações externas introduz novas dinâmicas no cotidiano escolar, produzindo tensões entre regulação institucional e protagonismo docente. Freitas (2020) argumenta que a centralidade dos indicadores educacionais pode deslocar o foco do processo pedagógico para o desempenho mensurável, incentivando práticas alinhadas às matrizes avaliativas. Esse movimento não elimina necessariamente a autonomia, mas redefine seus limites, uma vez que o professor passa a atuar em um cenário marcado por metas, comparações e expectativas institucionais de melhoria nos resultados.

Oliveira (2022) observa que o impacto das avaliações sobre a autonomia depende fortemente da mediação realizada pela gestão escolar. Quando os resultados são utilizados apenas como instrumentos de cobrança, tende-se a produzir uma cultura de vigilância, na qual o professor se percebe mais como executor de estratégias prescritas do que como sujeito reflexivo do processo educativo. Por outro lado, quando há espaços coletivos de análise e formação continuada, os dados avaliativos podem favorecer processos de replanejamento pedagógico e fortalecer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto,

as Ciências Sociais ocupam uma posição singular nas políticas avaliativas. Embora não sejam foco direto das provas externas, essas disciplinas desempenham papel fundamental na formação cidadã e na construção da leitura crítica da realidade. Silva (2009) destaca que o currículo é um campo de disputas simbólicas, no qual diferentes saberes competem por legitimidade; assim, quando determinadas áreas ganham centralidade institucional em função das avaliações, outras podem experimentar deslocamentos em termos de visibilidade e investimento pedagógico.

Apesar desses desafios, autores como Menezes (2019) e Sousa (2023) apontam que a apropriação crítica dos dados educacionais pode abrir possibilidades para o fortalecimento da prática docente. Ao interpretar os indicadores à luz de suas experiências e do contexto escolar, o professor deixa de ser apenas receptor de políticas e assume papel ativo na construção de estratégias pedagógicas. Para as Ciências Sociais, essa perspectiva é particularmente relevante, pois permite articular competências transversais como leitura crítica, interpretação de informações e análise de contextos aos resultados das avaliações, sem reduzir o ensino a práticas tecnicistas.

No município de Colares-PA, essa discussão adquire contornos específicos. Inseridas em um território amazônico marcado por desafios estruturais e por forte identidade sociocultural, as escolas estaduais convivem com demandas pedagógicas que extrapolam os indicadores avaliativos. Nesse cenário, compreender como os professores de Ciências Sociais interpretam e utilizam os dados do SISPAE implica reconhecer que a autonomia docente é construída no diálogo entre políticas educacionais, cultura escolar e realidade local. Assim, a análise da autonomia não se limita a uma dimensão normativa, mas envolve compreender as estratégias que os professores desenvolvem para ressignificar os resultados avaliativos em práticas pedagógicas contextualizadas.

Dessa forma, a relação entre autonomia docente e políticas avaliativas revela-se complexa e dinâmica. Longe de uma oposição simples entre controle e liberdade, o que emerge é um campo de negociações contínuas, no qual os professores buscam equilibrar demandas institucionais e objetivos formativos próprios das Ciências Sociais. Esse movimento evidencia que a avaliação em larga escala pode tanto restringir quanto ampliar possibilidades pedagógicas, dependendo das condições de mediação e do reconhecimento do professor como sujeito central na interpretação e utilização dos dados educacionais.

3.4 CONTEXTO AMAZÔNICO E O ENSINO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE COLARES-PA

A análise das políticas de avaliação educacional e de seus efeitos sobre a prática docente torna-se mais consistente quando situada em contextos territoriais específicos. No caso da região amazônica, as condições sociais, geográficas e culturais configuram cenários educacionais que desafiam modelos padronizados de avaliação e gestão escolar. O município de Colares-PA, localizado no nordeste paraense e marcado por características ribeirinhas e pesqueiras, oferece um campo privilegiado para compreender

como políticas educacionais concebidas em escala estadual ou nacional são reinterpretadas no cotidiano das escolas públicas.

A literatura sobre educação amazônica destaca que a escola, nesses territórios, não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos formais, mas como lugar de articulação entre saberes escolares e experiências comunitárias. Castello Branco (2018) aponta que as desigualdades regionais, associadas à infraestrutura limitada, às dificuldades de acesso e às condições socioeconômicas da população, influenciam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Esses fatores não apenas afetam o desempenho dos estudantes em avaliações externas, mas também moldam as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos professores, que frequentemente precisam adaptar o currículo às especificidades locais.

No caso das escolas estaduais de Colares-PA, a presença de estudantes oriundos de comunidades ribeirinhas e famílias ligadas à pesca artesanal evidencia a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de dialogar com a realidade amazônica. Saviani (2007) defende que a educação deve assumir compromisso com a formação de sujeitos históricos, capazes de compreender e transformar o meio em que vivem; nesse sentido, o ensino das Ciências Sociais adquire papel fundamental, pois possibilita relacionar conteúdos escolares à história local, às dinâmicas territoriais e às identidades culturais da comunidade.

Entretanto, a inserção dessas escolas em sistemas de avaliação em larga escala, como o SISPAE, coloca em evidência um desafio recorrente: a distância entre indicadores padronizados e realidades educacionais diversas. Freitas (2020) argumenta que políticas avaliativas orientadas por resultados podem gerar leituras homogêneas sobre contextos heterogêneos, desconsiderando fatores estruturais que impactam o desempenho escolar. Em territórios amazônicos, essa tensão torna-se ainda mais evidente, pois as condições de ensino e aprendizagem são atravessadas por questões como mobilidade geográfica, acesso limitado a recursos tecnológicos e trajetórias educacionais marcadas por desigualdades históricas.

Apesar dessas dificuldades, a escola amazônica não pode ser reduzida a uma narrativa de carência. Oliveira (2022) ressalta que professores e gestores desenvolvem estratégias criativas para enfrentar desafios cotidianos, reinterpretando políticas educacionais e construindo práticas pedagógicas que dialogam com o território. No contexto de Colares-PA, essa capacidade de mediação revela-se especialmente relevante quando se discute a utilização dos dados do SISPAE. Em vez de serem compreendidos apenas como instrumentos técnicos de mensuração, os resultados avaliativos podem ser ressignificados como ponto de partida para reflexões pedagógicas, desde que interpretados à luz das experiências locais.

Para as Ciências Sociais, essa contextualização assume importância estratégica. Como destacam Bonamino (2021) e Menezes (2019), competências avaliadas em larga escala como: leitura, interpretação e análise de informações atravessam diferentes áreas do conhecimento e podem ser mobilizadas em

abordagens interdisciplinares. Professores de História, Geografia e Sociologia, ao analisarem os relatórios do SISPAE, podem identificar dificuldades de leitura crítica ou interpretação de dados que se refletem também em suas disciplinas, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica. No entanto, essa apropriação não ocorre automaticamente; ela depende de condições institucionais que favoreçam o diálogo coletivo, a formação continuada e o reconhecimento da autonomia docente.

Silva (2009) lembra que o currículo é atravessado por relações de poder que definem quais saberes ganham visibilidade e quais permanecem à margem. Em contextos marcados pela centralidade das avaliações externas, disciplinas não avaliadas diretamente podem sofrer processos de invisibilização simbólica, mesmo quando desempenham papel essencial na formação cidadã. No cenário amazônico, onde as Ciências Sociais contribuem para a valorização das identidades locais e para a compreensão das transformações territoriais, esse deslocamento curricular pode representar perdas significativas para o projeto educativo.

Ao mesmo tempo, a análise da realidade de Colares-PA revela que a autonomia docente emerge como elemento central na mediação entre políticas avaliativas e práticas pedagógicas. Professores que reconhecem os limites dos indicadores, mas também suas potencialidades, tendem a desenvolver leituras críticas dos dados, articulando-os às necessidades reais dos estudantes. Sousa (2023) destaca que a apropriação crítica dos resultados avaliativos exige que o professor seja reconhecido como sujeito interpretativo, capaz de atribuir significado aos números e transformá-los em estratégias pedagógicas contextualizadas. Dessa forma, compreender o contexto amazônico não significa apenas descrever características regionais, mas reconhecer que o território influencia diretamente o modo como políticas educacionais são vividas e reinterpretadas nas escolas. Em Colares-PA, o ensino das Ciências Sociais constitui espaço privilegiado para essa mediação, pois articula conteúdos curriculares à realidade local, fortalecendo a formação crítica dos estudantes. Nesse cenário, os dados do SISPAE podem assumir dupla função: ao mesmo tempo em que refletem desafios estruturais do sistema educacional, também oferecem oportunidades para repensar práticas pedagógicas e construir estratégias de ensino mais integradas ao território.

Assim, a análise do contexto amazônico evidencia que a avaliação em larga escala não pode ser compreendida de forma descontextualizada. Seus efeitos sobre o currículo, a autonomia docente e o ensino das Ciências Sociais dependem das condições materiais e simbólicas das escolas, das trajetórias dos professores e das experiências dos estudantes. Ao situar a discussão em Colares-PA, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais sensível das políticas avaliativas, destacando que a qualidade da educação não se resume a indicadores numéricos, mas envolve processos formativos que dialogam com identidades locais, saberes comunitários e práticas pedagógicas construídas no cotidiano escolar.

3.5 LIMITES E POSSIBILIDADES DO USO PEDAGÓGICO DO SISPAE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A discussão sobre o uso pedagógico dos dados do SISPAE nas Ciências Sociais revela um campo marcado por tensões, desafios e potencialidades. Por um lado, a expansão das avaliações em larga escala introduz novas formas de regulação do trabalho docente e do currículo escolar; por outro, abre possibilidades para que professores reinterpretem os resultados avaliativos como instrumentos de reflexão sobre a aprendizagem. Compreender essa dualidade exige analisar não apenas o desenho técnico das avaliações, mas as condições concretas em que os dados são apropriados pelas escolas e pelos docentes.

Entre os principais limites apontados pela literatura está a centralidade conferida aos indicadores de desempenho, que pode induzir práticas pedagógicas orientadas por metas e resultados quantitativos. Freitas (2020) destaca que, quando a avaliação passa a ocupar posição dominante na organização das políticas educacionais, há o risco de reduzir o processo formativo a uma lógica de eficiência mensurável. Nesse contexto, disciplinas que não são foco direto das provas externas podem experimentar deslocamentos simbólicos no currículo, com diminuição da visibilidade institucional e da valorização pedagógica.

Apple (2006) e Silva (2009) ajudam a compreender esse processo ao discutir como políticas curriculares e avaliativas podem reforçar hierarquias entre saberes escolares. A predominância de indicadores associados a determinadas áreas do conhecimento tende a redefinir o que é entendido como aprendizagem relevante, criando pressões institucionais que influenciam o planejamento e a prática docente. Para as Ciências Sociais, essa dinâmica pode resultar em um paradoxo: embora desempenhem papel central na formação cidadã e crítica dos estudantes, muitas vezes permanecem à margem das discussões pedagógicas orientadas pelos resultados avaliativos. Outro limite importante refere-se às dificuldades de interpretação dos dados por parte dos professores. Oliveira (2022) observa que a ausência de formação específica e de espaços coletivos de análise pode transformar os relatórios avaliativos em instrumentos pouco acessíveis ao cotidiano escolar. Quando os indicadores são apresentados de forma técnica e desvinculada da realidade da sala de aula, há tendência de que sejam percebidos como exigências externas, reduzindo seu potencial formativo. Essa situação torna-se ainda mais complexa em contextos amazônicos, onde desafios estruturais e condições socioeconômicas específicas influenciam o desempenho educacional e demandam leituras pedagógicas mais sensíveis às realidades locais.

Apesar desses limites, a literatura também aponta possibilidades significativas para a ressignificação dos dados educacionais. Bonamino (2021) argumenta que as avaliações em larga escala podem revelar aspectos transversais da aprendizagem, como competências de leitura e interpretação, que atravessam diferentes áreas do conhecimento. Para professores das Ciências Sociais, essa perspectiva abre caminhos para utilizar os resultados como indicadores indiretos de dificuldades formativas, ampliando o diálogo entre disciplinas e fortalecendo abordagens interdisciplinares.

Menezes (2019) e Sousa (2023) enfatizam que a apropriação crítica dos dados depende da construção de espaços institucionais que favoreçam a reflexão coletiva. Reuniões pedagógicas, formações continuadas e momentos de análise compartilhada podem transformar indicadores quantitativos em ferramentas de planejamento mais contextualizado. Nesses espaços, o professor deixa de ser apenas receptor de políticas educacionais e assume papel ativo na interpretação dos resultados, articulando-os às necessidades reais dos estudantes e às características do território.

No caso das escolas estaduais de Colares-PA, as possibilidades de ressignificação pedagógica estão diretamente relacionadas à capacidade de integrar os dados do SISPAE às experiências locais e às práticas formativas das Ciências Sociais. Ao considerar a realidade amazônica marcada por vínculos comunitários, saberes tradicionais e desafios estruturais, os professores podem reinterpretar os indicadores avaliativos não como parâmetros absolutos de qualidade, mas como ponto de partida para reflexões sobre desigualdades educacionais e estratégias de ensino mais contextualizadas. Saviani (2007) reforça que a formação crítica exige que a escola dialogue com a realidade social dos estudantes, o que implica utilizar instrumentos avaliativos sem perder de vista a dimensão humana e cultural do processo educativo.

Assim, a análise dos limites e possibilidades do SISPAE evidencia que o impacto das avaliações em larga escala não é determinado apenas pelo desenho das políticas, mas pelas formas de mediação pedagógica construídas no cotidiano escolar. A autonomia docente emerge como elemento central nesse processo, pois é por meio dela que os professores negociam as demandas institucionais e reinterpretam os dados educacionais à luz de seus objetivos formativos. Longe de uma oposição simples entre controle e liberdade, o que se observa é um campo de disputas e negociações contínuas, no qual as Ciências Sociais podem assumir papel estratégico na construção de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

Dessa forma, pensar o uso pedagógico do SISPAE nas Ciências Sociais implica reconhecer que os dados avaliativos não são neutros, mas carregam sentidos que precisam ser debatidos e ressignificados coletivamente. Quando apropriados de maneira crítica, podem contribuir para fortalecer a autonomia docente e ampliar as possibilidades de intervenção pedagógica; quando utilizados apenas como instrumentos de cobrança, tendem a reforçar desigualdades e a limitar a diversidade curricular. O desafio, portanto, não está em rejeitar as avaliações externas, mas em construir formas de leitura que dialoguem com a realidade amazônica e com a função formativa das Ciências Sociais no currículo escolar.

4 CONCLUSÃO

A discussão apresentada ao longo deste artigo buscou refletir sobre a relação entre avaliações em larga escala, autonomia docente e ensino das Ciências Sociais, tomando como referência o contexto das escolas estaduais do município de Colares-PA. Partiu-se do reconhecimento de que sistemas avaliativos como o SISPAE assumiram papel central nas políticas educacionais contemporâneas, influenciando

processos de gestão, organização curricular e práticas pedagógicas. Entretanto, a análise realizada evidenciou que os efeitos dessas políticas não são homogêneos nem determinísticos, sendo mediados pelas condições institucionais, pelo território e pela atuação dos professores.

Um dos pontos centrais identificados refere-se à tensão entre regulação por resultados e protagonismo docente. A literatura indica que a avaliação em larga escala pode tanto restringir quanto ampliar possibilidades pedagógicas, dependendo da forma como os dados são apropriados pela escola. Quando mobilizados apenas como instrumentos de cobrança, os indicadores tendem a reforçar práticas padronizadas e a reduzir espaços de decisão pedagógica. Por outro lado, quando interpretados coletivamente e articulados às necessidades formativas dos estudantes, podem contribuir para processos de replanejamento e fortalecimento do trabalho docente (Freitas, 2020; Oliveira, 2022; Menezes, 2019).

No caso das Ciências Sociais, essa discussão revela um paradoxo significativo. Embora não sejam áreas diretamente avaliadas pelo SISPAE, as disciplinas de História, Geografia e Sociologia são atravessadas por competências transversais presentes nas avaliações externas, como leitura crítica, interpretação de informações e análise de contextos. Esse aspecto indica que a ausência formal nas matrizes avaliativas não impede que os dados educacionais dialoguem com o ensino dessas áreas. O desafio reside em construir formas de leitura pedagógica que preservem a função formativa das Ciências Sociais, evitando sua redução a práticas voltadas exclusivamente para o desempenho em testes padronizados (Bonamino, 2021; Silva, 2009).

Outro elemento relevante diz respeito ao papel do território amazônico na mediação das políticas educacionais. A realidade das escolas estaduais de Colares-PA evidencia que a interpretação dos indicadores avaliativos precisa considerar fatores socioculturais, econômicos e geográficos que influenciam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a análise desenvolvida reforça a necessidade de compreender a avaliação em larga escala não apenas como ferramenta técnica, mas como política educacional situada, cuja eficácia depende do diálogo com contextos locais e com as experiências concretas dos sujeitos envolvidos.

As reflexões aqui apresentadas também apontam para a importância de fortalecer espaços institucionais de formação e diálogo pedagógico. A apropriação crítica dos dados do SISPAE demanda condições que ultrapassem o acesso aos relatórios avaliativos, envolvendo tempo pedagógico, formação continuada e reconhecimento da autonomia docente como elemento central do processo educativo. Nesse cenário, os professores das Ciências Sociais podem desempenhar papel estratégico ao integrar os resultados avaliativos a abordagens interdisciplinares e a práticas formativas que valorizem a leitura crítica da realidade e a construção da cidadania.

Por fim, este estudo sugere que a avaliação em larga escala, quando analisada de maneira crítica e contextualizada, pode contribuir para repensar práticas pedagógicas e fortalecer o diálogo entre diferentes

áreas do conhecimento. No entanto, seus efeitos dependem das formas de mediação construídas no cotidiano escolar e do reconhecimento do professor como sujeito interpretativo, capaz de atribuir significado aos indicadores educacionais. Ao situar essa discussão no contexto amazônico de Colares-PA, o artigo buscou ampliar o debate sobre políticas avaliativas, destacando que a qualidade da educação não se limita a resultados mensuráveis, mas envolve processos formativos que consideram a diversidade territorial, cultural e social das escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Apple, M. W. *Educando à direita: mercados, padrões e desigualdade*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Bonamino, A. *Avaliações em larga escala e políticas educacionais no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 1–15, 2021.
- Castello Branco, M. *Educação na Amazônia e desafios regionais: políticas públicas e desigualdades educacionais*. Belém: EDUFPA, 2018.
- Freitas, L. C. *Avaliação educacional: possibilidades e limites*. São Paulo: Cortez, 2020.
- Menezes, R. *Práticas pedagógicas e dados educacionais: um diálogo necessário*. Educação & Sociedade, v. 40, p. 1–18, 2019.
- Oliveira, D. A. *Avaliação e política educacional: o papel dos professores na mediação dos resultados*. Cadernos de Pesquisa, v. 52, n. 183, p. 1–20, 2022.
- Saviani, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- Silva, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Sousa, M. *Apropriação crítica dos resultados de avaliação educacional nas escolas públicas*. Revista Educação em Debate, v. 45, n. 89, p. 1–14, 2023.